



# REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO  
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Exma. Senhora  
Dra. Catarina Gamboa  
Chefe do Gabinete de S. Exa. o  
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

**Assunto:** Resposta à Pergunta Parlamentar n.º 1632/XIV/2.ª, de 19 de março de 2021, apresentada pelos Senhores Deputados Alexandra Vieira e Pedro Filipe Soares, do Grupo Parlamentar do BE.

Encarrega-me o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de, em resposta à pergunta parlamentar em epígrafe, levar ao conhecimento de V. Exa. os seguintes esclarecimentos:

*Para Catarina,*

Portugal acompanha atentamente, desde a primeira hora, a situação humanitária em Cabo Delgado, mobilizando quer recursos financeiros, quer a sua rede diplomática com vista a contribuir para a resposta internacional em curso. A coordenação da referida resposta tem vindo a ser levada a cabo pelas Nações Unidas, com as quais o Governo português e a Embaixada em Maputo mantêm estreito contacto, assim como com as autoridades moçambicanas e a União Europeia, de modo a identificar rápida e eficazmente as necessidades a suprir e a assistência a prestar.

A coordenação das ações nacionais decorre no quadro da Estratégia Operacional de Ajuda Humanitária de Emergência, articulando a ação dos organismos públicos portugueses que atuam no domínio humanitário – nomeadamente, o Camões I.P. (CICL), a Proteção Civil (ANEPC), a Saúde (DGS e INEM), a Defesa (DGPDN) e a Segurança Social (MTSS) – e das ONGD através de um diálogo com a Plataforma Portuguesa das ONGD.

Neste momento, estão a atuar no terreno, com o apoio do CICL, duas ONGD portuguesas, a Oikos e a Helpo, nas áreas da educação e assistência alimentar. Estão igualmente disponíveis dois mecanismos de financiamento passíveis de mobilização no quadro da resposta a esta crise – nomeadamente um concurso para projetos de ajuda humanitária de ONGD, com uma dotação total de 420 mil euros, e o Instrumento de Resposta Rápida para Ações de Emergência, no valor de 250 mil euros. As Nações Unidas (NU), por seu lado, alocaram também 7M€ do Fundo Central de Resposta de Emergência (CERF), fundo para o qual Portugal contribui desde a sua criação.



# REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO  
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Cumpra ainda salientar que o apoio a Moçambique não se limita apenas à resposta aos eventos mais recentes em Cabo Delgado. Portugal tem defendido, tanto a nível bilateral como no Conselho da UE, o reforço dos programas existentes e uma estreita cooperação da UE com outros atores, em particular o Escritório das NU para Coordenação de Assuntos Humanitários (UN OCHA) e o Alto Comissariado para os Refugiados (ACNUR). Nessa senda, efetuou um conjunto de contribuições voluntárias no final de 2020, num total de 190.000 EUR, destinadas a apoiar os esforços das Nações Unidas (OCHA e ACNUR) e da Cruz Vermelha Internacional em Moçambique.

Para além das referidas acima, Portugal efetuou também uma contribuição financeira de 10 mil euros à diocese de Pemba para apoio a cerca de 300 famílias deslocadas (aproximadamente 1800 pessoas) na região norte de Cabo Delgado, proporcionando uma resposta de emergência em termos de segurança alimentar por forma a garantir a sobrevivência e dignidade destas famílias.

No âmbito do Plano de Ação na resposta sanitária à COVID-19, Portugal concedeu uma contribuição de 250 mil euros, que sendo direcionada para a área da saúde da província de Nampula, beneficia também as populações deslocadas naquela província. A nível europeu, a Comissão Europeia mobilizou 14,6M€ para apoio humanitário a Moçambique durante o ano de 2020, dos quais 5M€ se destinaram à população afetada pelo conflito no norte do país.

Por outro lado, no quadro político-diplomático, a situação em Cabo Delgado tem sido uma reconhecida prioridade para Portugal e para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Portugal tem suscitado o assunto frequentemente e em inúmeras instâncias, quer na interlocução com os parceiros internacionais, e em particular no seio da União Europeia, quer com as autoridades moçambicanas.

Em janeiro último, o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros realizou uma visita de três dias a Moçambique, em representação do AR/VP Josep Borrell e na sequência de uma carta da Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Verónica Macamo, na qual esta solicitava apoio da UE na resolução da situação em Cabo Delgado, nas vertentes humanitária, de desenvolvimento e de segurança. O Governo português considera que os objetivos políticos desta visita, que constituiu a primeira ronda de um diálogo de alto nível UE-Moçambique sobre a questão específica de Cabo Delgado, foram cumpridos. O Presidente Nyusi e demais interlocutores moçambicanos demonstraram abertura para trabalhar conjuntamente nas áreas da assistência humanitária, apoio ao desenvolvimento (através da Agência para o Desenvolvimento do



# REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO  
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Norte de Moçambique) e na cooperação na vertente da segurança, em particular na formação militar.

Na sequência daquela visita e dos contactos a nível técnico havidos em paralelo para definir os termos desta cooperação, as instituições europeias elaboraram um *Political Framework for Crisis Approach* (PFCA) propondo um conjunto de ações a empreender pelos Estados Membros da União Europeia, tendo por base o triplo nexo humanitário / desenvolvimento / segurança. Este documento foi alvo de discussão no Comité Político e de Segurança do Conselho da UE no final de março, tendo sido endossado. Desde então, prosseguem as discussões nos grupos de trabalho do Conselho com vista a desenvolver as ações propostas no documento nas respetivas áreas de competência, incluindo no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa da UE.

Ao longo das últimas semanas, Portugal tem procurado mobilizar os seus parceiros europeus com vista ao lançamento de uma Missão de Formação da UE (EUTM), bem como ao fornecimento de equipamento às Forças Armadas e Defesa de Moçambique através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz. Estas ações terão de garantir o pleno respeito pelos direitos humanos e estar estreitamente vinculadas às dimensões humanitária e de desenvolvimento da nossa assistência.

Na vertente bilateral, e após contactos políticos ao mais alto nível entre Portugal e Moçambique, ficou acordado que Portugal apoiaria Moçambique através de uma missão não executiva com enfoque na organização logística e capacitação das FADM. A missão é lançada ao abrigo do Acordo de Cooperação bilateral no domínio da Defesa, assinado em 2012. A formação, que se inicia ainda em abril no Chimoio (Manica) e Catembe (Maputo), será efetuada por cerca de 60 militares nacionais, devendo ser parte integrante do leque de iniciativas preconizadas no próximo Programa-Quadro da nossa Cooperação no domínio da Defesa.

Para além disso, Portugal continua a apoiar e encorajar a liderança dos parceiros africanos nesta questão, nomeadamente a SADC. Esta reuniu a sua Dupla Troika no passado dia 8 de abril, tendo decidido a mobilização imediata de uma missão técnica para Moçambique bem como a realização de outra Cimeira Extraordinária, no mesmo formato, a 29 de abril para discutir a situação em Cabo Delgado. A Reunião Ministerial UE-SADC, prevista para final do semestre, constituirá também uma oportunidade para promover uma liderança regional mais assertiva e uma melhor complementaridade das iniciativas da UE nesta questão.

Finalmente, importa também destacar que a situação em Cabo Delgado foi também alvo de discussão ao nível da União Europeia no Grupo de



# REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO  
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Trabalho do Conselho da UE para os Assuntos Humanitários (COHAF) a 15 de abril, visando reforçar o apoio e intervenção da UE e dos Estados membros na resposta às necessidades humanitárias.

O Governo português continuará empenhado em garantir, a todos os níveis, uma resposta completa e adequada à situação que se vive em Cabo Delgado, tendo em vista o alívio das necessidades do povo moçambicano e a resolução do conflito.

Com os melhores cumprimentos, *pebas*

A Chefe do Gabinete

*Indira Noronha*

Indira Noronha

BJ/AM